

A compressão do tempo-espaço e a condição pós-moderna

Como os usos e significados do espaço e do tempo mudaram com a transição do fordismo para a acumulação flexível? Desejo sugerir que temos vivido nas duas últimas décadas uma intensa fase de compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural. Apesar do eterno perigo das analogias históricas, creio não ser por acaso que a sensibilidade pós-moderna evidencia fortes simpatias por determinados movimentos políticos, culturais e filosóficos confusos que ocorreram no começo deste século (em Viena, por exemplo), quando o sentido da compressão do tempo-espaço também era peculiarmente forte. Também observo a volta do interesse pela teoria geopolítica a partir de mais ou menos 1970, o retorno da estética do lugar e uma propensão revigorada (mesmo na teoria social) a abrir o problema da espacialidade a uma reconsideração geral (ver, por exemplo, Gregory e Urry, 1985, e Soja, 1988).

A transição para a acumulação flexível foi feita em partes por meio da rápida implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas. Embora estas últimas possam ter se originado da busca da superioridade militar, sua aplicação teve muito que ver com a superação da rigidez do fordismo e com a aceleração do tempo de giro como solução para os graves problemas do fordismo-keynesianismo, que se tornaram uma crise aberta em 1973. A aceleração na produção foi alcançada por mudanças organizacionais na direção da desintegração vertical — subcontratação, transferência de sede etc. — que reverteram a tendência fordista de integração vertical e produziram um curso cada vez mais indireto na produção, mesmo diante da crescente centralização financeira. Outras mudanças organizacionais — tais como o sistema de entrega "just-in-time", que reduz os estoques —, quando associadas com novas tecnologias de controle eletrônico, de produção em pequenos lotes etc., reduziram os tempos de giro em muitos setores da produção (eletrônica, máquinas-ferramenta, automóveis, construção, vestuário etc.). Para os trabalhadores, tudo isso implicou uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho (ver Parte II).

A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, associados com racionalizações nas técnicas de distribuição (empacotamento, controle de estoques, containerização, retorno do mercado etc.), possibilitaram a circulação de mercadorias no mercado a uma velocidade maior. Os bancos eletrônicos e o dinheiro de plástico foram algumas das inovações que aumentaram a rapidez do fluxo de

dinheiro inverso. Serviços e mercados financeiros (auxiliados pelo comércio computadorizado) também foram acelerados, de modo a fazer, como diz o ditado, “vinte e quatro horas ser um tempo bem longo” nos mercados globais de ações.

Dentre os muitos desenvolvimentos da arena do consumo, dois têm particular importância. A mobilização da moda em mercados de massa (em oposição a mercados de elite) forneceu um meio de acelerar o ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividades de recreação (hábitos de lazer e de esporte, estilos de música pop, videocassetes e jogos infantis etc.). Uma segunda tendência foi a passagem do consumo de bens para o consumo de serviços — não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações. O “tempo de vida” desses serviços (uma visita a um museu, ir a um concerto de rock ou ao cinema, assistir a palestras ou freqüentar clubes), embora difícil de estimar, é bem menor do que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar. Como há limites para a acumulação e para o giro de bens físicos (mesmo levando em conta os famosos seiscentos pares de sapatos de Imelda Marcos), faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo. Essa busca pode estar na raiz da rápida penetração capitalista, notada por Mandel e Jameson (ver acima, p. 65), em muitos setores da produção cultural a partir da metade dos anos 60.

Dentre as inúmeras conseqüências dessa aceleração generalizada dos tempos de giro do capital, destacarei as que têm influência particular nas maneiras pós-modernas de pensar, de sentir e de agir.

A primeira conseqüência importante foi acentuar a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas. A sensação de que “tudo o que é sólido se desmancha no ar” raramente foi mais pervasiva (o que provavelmente explica o volume de textos sobre esse tema nos últimos anos). O efeito disso nos mercados e habilidades de trabalho já foi considerado (ver Parte II). Meu interesse aqui é examinar os efeitos mais gerais sobre a sociedade como um todo.

No domínio da produção de mercadorias, o efeito primário foi a ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade (alimentos e refeições instantâneos e rápidos e outras comodidades) e da descartabilidade (xícaras, pratos, talheres, embalagens, guardanapos, roupas etc.). A dinâmica de uma sociedade “do descarte”, como a apelidaram escritores como Alvin Toffler (1970), começou a ficar evidente durante os anos 60. Ela significa mais do que jogar fora bens produzidos (criando um monumental problema sobre o que fazer com o lixo); significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser.

Foram essas as formas imediatas e tangíveis pelas quais o “impulso acelerador da sociedade mais ampla” golpeou “a experiência cotidiana comum do indivíduo” (Toffler, p. 40). Por intermédio desses mecanismos (altamente eficazes da perspectiva da aceleração do giro de bens no consumo), as pessoas foram forçadas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea. “Em comparação com a vida numa sociedade que se transforma com menos rapidez, hoje fluem mais situações em qualquer intervalo de tempo dado — e isso

implica profundas mudanças na psicologia humana". Essa efemeridade, sugere Toffler, cria "uma temporariedade na estrutura dos sistemas de valores públicos e pessoais" que fornece um contexto para a "quebra do consenso" e para a diversificação de valores numa sociedade em vias de fragmentação.

O bombardeio de estímulos, apenas no campo da mercadoria, gera problemas de sobrecarga sensorial que tornam a dissecção dos problemas da vida urbana modernista na virada do século, feita por Simmel, insignificante em termos comparativos. Contudo, precisamente por causa das qualidades relativas da mudança, as respostas psicológicas se enquadram mais ou menos no intervalo identificado por Simmel — o bloqueio dos estímulos sensoriais, a negação e o cultivo da atitude *blasée*, a especialização míope, a reversão a imagens de um passado perdido (daí decorrendo a importância de memoriais, museus, ruínas) e a excessiva simplificação (na apresentação de si mesmo ou na interpretação dos eventos). Nesse sentido, é instrutivo ver que Toffler (pp. 326-329), num momento bem ulterior da compressão do tempo-espaço, faz eco ao pensamento de Simmel, cujas idéias foram moldadas num período de trauma semelhante há mais de setenta anos.

Com efeito, a volatilidade torna extremamente difícil qualquer planejamento de longo prazo. Para falar a verdade, hoje é tão importante aprender a trabalhar com a volatilidade quanto acelerar o tempo de giro. Isso significa ou uma alta adaptação e capacidade de se movimentar com rapidez em resposta a mudanças de mercado, ou o planejamento da volatilidade. A primeira estratégia aponta em especial para o planejamento de curto prazo, bem como para o cultivo da arte de obter ganhos imediatos sempre que possível. Essa tem sido uma característica notória da administração norte-americana nos últimos anos. O mandato médio dos dirigentes das empresas caiu para cinco anos, e empresas nominalmente envolvidas na produção com freqüência buscam ganhos de curto prazo por meio de fusões, aquisições ou operações em mercados financeiros e de moedas. É considerável a tensão do desempenho gerencial num tal ambiente, gerando todo tipo de efeito colateral, tal como o chamado "resfriado yuppie" (uma condição de estafa psicológica que paralisa a ação de pessoas talentosas e produz duradouros sintomas semelhantes aos do resfriado) ou o frenético estilo de vida dos operadores financeiros, cujo vício de trabalhar, longas horas de trabalho e corrida pelo poder fazem deles excelentes candidatos para a espécie de mentalidade esquizofrênica que Jameson descreve.

Dominar ou intervir ativamente na produção da volatilidade envolvem, por outro lado, a manipulação do gosto e da opinião, seja tornando-se um líder da moda ou saturando o mercado com imagens que adaptem a volatilidade a fins particulares. Isso significa, em ambos os casos, construir novos sistemas de signos e imagens, o que constitui em si mesmo um aspecto importante da condição pós-moderna, aspecto que precisa ser considerado de vários ângulos distintos. Para começar, a publicidade e as imagens da mídia (como vimos na Parte I) passaram a ter um papel muito mais integrador nas práticas culturais, tendo assumido agora uma importância muito maior na dinâmica de crescimento do capitalismo. Além disso, a publicidade já não parte da idéia de informar ou promover no sentido comum, voltando-se cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos mediante imagens que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido (ver

ilustração 1.10). Se privássemos a propaganda moderna da referência direta ao dinheiro, ao sexo e ao poder, pouco restaria.

Acresce que as imagens se tornaram, em certo sentido, mercadorias. Esse fenômeno levou Baudrillard (1981) a alegar que a análise marxiana da produção de mercadorias está ultrapassada, porque o capitalismo agora tem preocupação predominante com a produção de signos, imagens e sistemas de signos, e não com as próprias mercadorias. A transição que ele indica é importante, se bem que não haja dificuldades sérias para estender a teoria da produção da mercadoria de Marx ao seu tratamento. Na realidade, os sistemas de produção e comercialização de imagens (tal como os mercados da terra, *dons bens* públicos ou da força de trabalho) de fato exibem algumas características especiais que precisam ser consideradas. O tempo de giro do consumo de certas imagens com certeza pode bem curto (perto do ideal do “pisar de olhos” que Marx viu como ótimo da perspectiva da circulação do capital). Do mesmo modo, muitas imagens podem ser vendidas em massa instantaneamente no espaço. Dadas as pressões de aceleração do tempo de giro (e de superação das barreiras espaciais), a mercadificação de imagens do tipo mais efêmero seria uma dádiva divina do ponto de vista da acumulação do capital, em particular quando outras vias de alívio da superacumulação parecem bloqueadas. A efemeridade e a comunicabilidade instantânea no espaço tornam-se virtudes a ser exploradas e apropriadas pelos capitalistas para os seus próprios fins.

Mas as imagens têm de desempenhar outras funções. Tanto as corporações como os governos e os líderes intelectuais e políticos valorizam uma imagem estável (embora dinâmica) como parte de sua aura de autoridade e poder. A mediação da política passou a permear tudo. Ela se tornou, com efeito, o meio fugidivo, superficial e ilusório mediante o qual uma sociedade individualista de coisas transitórias apresenta sua nostalgia de valores comuns. A produção e venda dessas imagens de permanência e de poder requerem uma sofisticação considerável, porque é preciso conservar a continuidade e a estabilidade da imagem enquanto se acentuam a adaptabilidade, a flexibilidade e o dinamismo do objeto, material ou humano, da imagem. Além disso, a imagem se torna importantíssima na concorrência, não somente em torno do reconhecimento da marca, como em termos de diversas associações com esta — “respeitabilidade”, “qualidade”, “prestígio”, “confiabilidade” e “inovação”.

A competição no mercado da construção de imagens passa a ser um aspecto vital da concorrência entre as empresas. O sucesso é tão claramente lucrativo que o investimento na construção da imagem (patrocínio das artes, exposições, produções televisivas e novos prédios, bem como marketing direto) se torna tão importante quanto o investimento em novas fábricas e maquinário. A imagem serve para estabelecer uma identidade no mercado, o que se aplica também aos mercados de trabalho. A aquisição de uma imagem (por meio da compra de um sistema de signos como roupas de grife e o carro da moda) se torna um elemento singularmente importante na auto-apresentação nos mercados de trabalho e, por extensão, passa a ser parte integrante da busca de identidade individual, auto-realização e significado na vida. Sinais divertidos, mas tristes desse tipo de busca são abundantes. Uma empresa da Califórnia fabrica telefones de carro de imitação, indistinguíveis dos reais, que vende como pão quente a tanta gente desesperada para adquirir tal

símbolo de importância. Consultorias de imagem pessoal viraram um grande negócio na cidade de Nova Iorque, segundo matéria do *International Herald Tribune*, visto que mais de um milhão de pessoas por ano freqüentam, na região, cursos de empresas chamadas Image Assemblers [Montadores de Imagem], Image Builders [Contrutores de Imagem], Image Crafters [Artesãos da Imagem] e Image Creators [Criadores de Imagem]. “As pessoas formam uma idéia de você, hoje em dia, em um décimo de segundo”, diz um consultor de imagem. “Você deve fingir até conseguir” — é o lema de outro.

É claro que símbolos de riqueza, de posição, de fama e de poder, assim como de classe, sempre tiveram importância na sociedade burguesa, mas é provável que nunca tanta quanto hoje. A crescente afluência material gerada no período de expansão fordista do pós-guerra levantou o problema de converter rendas em ascensão numa demanda efetiva que satisfizesse as aspirações em crescimento dos jovens, das mulheres e da classe trabalhadora. Dada a capacidade de produzir imagens como mercadorias mais ou menos à vontade, é factível que a acumulação se processasse, ao menos em parte, com base na pura produção e venda da imagem. A efemeridade dessas imagens pode ser interpretada parcialmente como uma luta dos grupos oprimidos de qualquer espécie para estabelecer sua própria identidade (em termos de cultura da rua, estilos musicais, manias e modas criadas para eles mesmos) e como o esforço para fazer essas inovações criarem vantagens comerciais (Carnaby Street, no final dos anos 60, foi uma excelente pioneira). O efeito é dar a impressão de que estamos vivendo num mundo de efêmeras imagens criadas. Assim sendo, os impactos psicológicos da sobrecarga sensorial do tipo identificado por Simmel e Toffler se manifestam duplamente.

Os materiais de produção e reprodução dessas imagens, quando estas não estão disponíveis, tornaram-se eles mesmos o foco da inovação — quanto melhor a réplica da imagem, tanto maior o mercado de massas da construção da imagem pode tornar-se. Isso constitui por si só uma questão importante, levando-nos de modo mais explícito a considerar o papel do “simulacro” no pós-modernismo. Por “simulacro” designa-se um estado de réplica tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia é quase impossível de ser percebida. Com as técnicas modernas, a produção de imagens como simulacros é relativamente fácil. Na medida em que a identidade depende cada vez mais de imagens, as réplicas seriais e repetitivas de identidade (individuais, corporativas, institucionais e políticas) passam a ser uma possibilidade e um problema bem reais. Por certo podemos vê-las agindo no campo da política, em que os fabricantes de imagens e a mídia assumem um papel mais poderoso na moldagem de identidades políticas.

Mas há muitos domínios mais tangíveis em que o simulacro tem papel significativo. Com os modernos materiais de construção, é possível reproduzir prédios antigos com uma exatidão que torna duvidosas a autenticidade ou a origem. A fabricação de antiguidades e de outros objetos de arte é totalmente possível, tornando a fraude sofisticada um sério problema no negócio das coleções de arte. Por conseguinte, possuímos não apenas a capacidade de empilhar imagens do passado ou de outros lugares de modo eclético e simultâneo na tela da televisão, como até de transformar essas imagens em simulacros materiais na forma de ambientes, eventos e espetáculos etc. construídos que se tornam, em muitos aspectos,

indistinguíveis dos originais. O que acontece com as formas culturais quando as imitações passam a ser reais e o real assume muitas qualidades de uma imitação é um problema a que vamos voltar.

A organização e as condições de trabalho vigentes naquilo que podemos designar de maneira ampla como “indústria da produção de imagens” também são deveras especiais. Afinal, uma indústria dessa espécie tem de apoiar-se nos poderes inovadores dos produtores diretos. Estes têm uma existência insegura, mitigada por recompensas muito altas aos bem-sucedidos e por ao menos um domínio aparente dos seus próprios processos de trabalho e forças criativas. O aumento da produção cultural foi de fato fenomenal. Taylor (1987, 77) contrasta a condição do mercado de arte de Nova Iorque em 1945, quando havia um punhado de galerias e um pequeno número de artistas em exposições regulares, e os cerca de dois mil artistas que trabalhavam em ou em torno de Paris na metade do século passado com os 150.000 artistas da região de Nova Iorque que reivindicam condição profissional, expondo numas 680 galerias, produzindo mais de 15 milhões de obras de arte numa década (em comparação com 200.000 na Paris do final do século XIX. E isso é somente a ponta de um *iceberg* de produção cultural que abrange artistas e projetistas gráficos locais, músicos de rua e de bares, fotógrafos, bem como as escolas mais estabelecidas e reconhecidas de ensino da arte, da música, do teatro etc. etc. Supera isso, no entanto, o que Daniel Bell (1978, 20) chama de “a massa cultural”, definida como:

não os criadores da cultura, mas os seus transmissores: os que se ocupam da educação superior, da atividade editorial, das revistas, da mídia eletrônica, dos teatros e dos museus, que processam e influenciam a recepção de produtos culturais sérios. Ela é em si mesma ampla o bastante para ser um mercado para a cultura, para comprar livros, quadros e gravações de música séria. Ela também é o grupo que, como escritores, editores de revistas, cineastas, músicos e assim por diante, produz os materiais populares para o público mais amplo da cultura de massas.

Toda essa indústria se especializa na aceleração do tempo de giro por meio da produção e venda de imagens. Trata-se de uma indústria em que reputações são feitas e perdidas da noite para o dia, onde o grande capital fala sem rodeios e onde há um fermento de criatividade intensa, muitas vezes individualizada, derramado no vasto recipiente da cultura de massa serializada e repetitiva. É ela que organiza as manias e modas, e, assim fazendo, produz a própria efemeridade que sempre foi fundamental para a experiência da modernidade. Ela se torna um meio social de produção do sentido de horizontes temporais em colapso de que ela mesma, por sua vez, se alimenta tão avidamente.

A popularidade de uma obra como *O choque do futuro*, de Alvin Toffler, reside precisamente em sua presciente apreciação da velocidade com a qual o futuro veio a ser descontado no presente. Também disso vem uma queda das distinções culturais entre, digamos, “ciência” e ficção “regular” (em obras como as de Thomas Pynchon e Doris Lessing), bem como a fusão do cinema de distração com o cinema de universos futurísticos. Podemos vincular a dimensão esquizofrênica da pós-

-modernidade que Jameson destaca (ver acima pp. 56-58) com acelerações dos tempos de giro na produção, na troca e no consumo, que produzem, por assim dizer, a perda de um sentido do futuro, exceto e na medida em que o futuro possa ser descontado do presente. A volatilidade e a efemeridade também tornam difícil manter qualquer sentido firme de continuidade. A experiência passada é comprimida em algum presente avassalador. Italo Calvino (1981, 8) relata o efeito disso em sua própria arte de romancista da seguinte maneira:

os romances longos escritos hoje são talvez uma contradição: a dimensão do tempo foi abalada, não podemos viver nem pensar exceto em fragmentos de tempo, cada um dos quais segue sua própria trajetória e desaparece de imediato. Só podemos redescobrir a continuidade do tempo nos romances do período em que o tempo já não parecia parado e ainda não parecia ter explodido, um período que não durou mais de cem anos.

Baudrillard (1986), sempre sem medo de exagerar, considera os Estados Unidos uma sociedade tão entregue à velocidade, ao movimento, às imagens cinematográficas e aos reparos tecnológicos que gerou uma crise de lógica explicativa. Eles representam, ao seu ver, “o triunfo do efeito sobre a causa, da instantaneidade sobre a profundidade do tempo, o triunfo da superfície e da pura objetificação sobre a profundidade do desejo”. Esse é, com efeito, o tipo de ambiente em que o desconstrucionismo pode florescer. Se é impossível falar alguma coisa da solidez e da permanência em meio a este mundo efêmero e fragmentado, por que não entrar no jogo [de linguagem]? Tudo, da escritura de romances e do filosofar à experiência de trabalhar ou construir um lar, tem de enfrentar o desafio do tempo de giro em aceleração e do rápido cancelamento de valores tradicionais e historicamente adquiridos. Nessa circunstância, o contrato temporário inerente a tudo se torna, como observa Lyotard (ver acima, p. 109), a marca da vida pós-moderna.

Mas, como sucede tantas vezes, o mergulho no turbilhão da efemeridade provocou uma explosão de sentimentos e tendências opostas. Para começar, surge toda espécie de meio técnico para evitar choques do futuro. As empresas subcontratam ou recorrem a práticas flexíveis de admissão para compensar os custos potenciais de desemprego provocado por futuras mudanças no mercado. Mercados futuros em tudo, do milho e do bacon a moedas e dívidas governamentais, associados com a “secularização” de todo tipo de dívida temporária e flutuante, ilustram técnicas de descontar o futuro do presente. Toda espécie de seguro contra a futura volatilidade vai ser tornando cada vez mais disponível.

Surgem também questões mais profundas de significado e interpretação. Quanto maior a efemeridade, tanto maior a necessidade de descobrir ou produzir algum tipo de verdade eterna que nela possa residir. O revivalismo religioso, que se tornou muito mais forte a partir do final dos anos 60, e a busca de autenticidade de autoridade na política (com todos os seus atavios de nacionalismo, localismo e admiração por indivíduos carismáticos e “multiformes” com sua “vontade de poder” nietzschiana) são casos pertinentes. O retorno do interesse por instituições básicas (como a família e a comunidade) e a busca de raízes históricas são indícios da procura de hábitos mais seguros e valores mais duradouros num mundo cambian-

te. Rochberg-Halton (1986, 173), num estudo por amostragem de residentes de North Chicago de 1977, descobriu, por exemplo, que os objetos realmente valorizados na casa não eram os “troféus pecuniários” de uma cultura materialista que agiam como “índices confiáveis da classe econômica, da idade, do gênero etc.”, mas os artefatos que estavam vinculados “com pessoas amadas e parentes, experiências e atividades valorizadas, e lembranças de eventos da vida e pessoas significativos”. Fotografias, objetos específicos (como um piano, um relógio, uma cadeira) e eventos particulares (uma certa canção tocada ou cantada) se tornam o foco de uma lembrança contemplativa e, portanto, um gerador de um sentido de eu que está além da sobrecarga sensorial da cultura e da moda consumista. A casa se torna um museu privado que protege do furor da compressão do tempo-espaço.

Além disso, ao mesmo tempo em que o pós-modernismo proclama a “morte do autor” e a ascensão da arte anti-árdua no domínio público, o mercado da arte se torna cada vez mais consciente do poder monopolista da assinatura do artista e de questões de autenticidade e fraude (pouco importando que Rauschenberg seja já uma mera montagem de reproduções). Talvez seja apropriado o fato de o prédio do desenvolvimentista pós-moderno, sólido como o granito cor-de-rosa do prédio da AT & T, de Philip Johnson, ser financiado por uma dívida, construído com base no capital fictício e concebido arquitetonicamente, ao menos no exterior, mais no espírito da ficção do que na função.

Não foram menos traumáticos os ajustes espaciais. Os sistemas de comunicação por satélite implantados a partir do início da década de 70 tornaram o custo unitário e o tempo da comunicação invariantes com relação à distância. Custa o mesmo a comunicação com uma distância de 800 quilômetros e de 8.000 via satélite. As taxas de frete aéreo de mercadorias também caíram dramaticamente, enquanto a containerização reduziu o custo do transporte rodoviário e marítimo pesado. Hoje é possível a uma grande corporação multinacional como Texas Instruments operar fábricas com decisões simultâneas em termos de custos financeiros, de venda e de insumos, controle de qualidade e condições do processo de trabalho em mais de cinquenta localidades diferentes espalhadas pelo globo (Dicken, 1986, 110-113). A televisão de massa associada com a comunicação por satélite possibilita a experiência de uma enorme gama de imagens vindas de espaços distintos quase simultaneamente, encolhendo os espaços do mundo numa série de imagens de uma tela de televisão. O mundo inteiro pode assistir aos Jogos Olímpicos, à Copa do Mundo, à queda de um ditador, a uma reunião de cúpula política, a uma tragédia mortal... enquanto o turismo em massa, filmes feitos em locações espetaculares tornam uma ampla gama de experiências simuladas ou vicárias daquilo que o mundo contém acessível a muitas pessoas. A imagem de lugares e espaços se torna tão aberta à produção e ao uso efêmero quanto qualquer outra.

Em suma, testemunhamos outra difícil rodada do processo de aniquilação do espaço por meio do tempo que sempre esteve no centro da dinâmica capitalista (ver ilustração 3.2). Marshall McLuhan descreveu o modo como via o fato de a “aldeia global” ter se tornado uma realidade nas comunicações na metade dos anos 60:

Após três mil anos de explosão, por meio de tecnologias fragmentárias e mecânicas, o Mundo Ocidental está implodindo. No decorrer das eras mecâni-

cas, estendemos os nossos corpos no espaço. Hoje, passado mais de um século de tecnologia eletrônica, estendemos o nosso próprio sistema nervoso central num abraço global, abolindo, no tocante ao nosso planeta, tanto o espaço como o tempo.

Em anos recentes, inúmeros escritos tomaram essa idéia e tentaram explorar, como o fez Virilio (1980) em seu *Esthétique de la disparition*, as conseqüências culturais do suposto desaparecimento do tempo e do espaço como dimensões materializadas e tangíveis da vida social.

Mas a queda de barreiras espaciais não implica o decréscimo da significação do espaço. Vemos hoje, e não é pela primeira vez na história do capitalismo, evidências que apontam para a tese oposta. O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais. Pequenas diferenças naquilo que o espaço contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infra-estruturas etc. assumem crescente importância. O domínio superior do espaço é uma arma ainda mais poderosa na luta de classes; ele se torna um dos meios de aplicação da aceleração e da redefinição de habilidades a forças de trabalho recalcitrantes. A mobilidade geográfica e a descentralização são usadas contra um poder sindical que se concentrava tradicionalmente nas fábricas de produção em massa. A fuga de capitais, a desindustrialização de algumas regiões e a industrialização de outras e a destruição de comunidades operárias tradicionais como bases de poder na luta de classes se tornam o pivô na transformação espacial sob condições de acumulação mais flexíveis (Martin e Rowthorn, 1986; Bluestone e Harrison, 1982; Harrison e Bluestone, 1988).

Com a redução das barreiras espaciais, aumenta muito mais a nossa sensibilidade ao que os espaços do mundo contém. A acumulação flexível explora tipicamente uma ampla gama de circunstâncias geográficas aparentemente contingentes, reconstituindo-as como elementos internos estruturados de sua própria lógica abrangente. Por exemplo, diferenciações geográficas nas modalidades e condições de controle do trabalho, ao lado de variações na qualidade e na quantidade da força de trabalho, assumem uma importância muito maior nas estratégias locais corporativas. Surgem novos conjuntos industriais, por vezes a partir do quase nada (como os vários vales e planícies do silício), mas com mais freqüência a partir de alguma mistura preexistente de habilidades e recursos. A "Terceira Itália" (Emilia-Romagna) se baseia numa mistura particular de empreendedimentismo cooperativo, trabalho artesanal e administrações comunistas locais ansiosas por gerar empregos, e insere seus produtos de vestuário, com incrível sucesso, numa economia mundial altamente competitiva. Flanders atrai capital externo com base numa oferta de trabalho dispersa, flexível e razoavelmente habilidosa profundamente hostil ao sindicalismo e ao socialismo. Los Angeles importa os sistemas patriarcais de trabalho altamente bem-sucedidos do sudeste asiático por meio da imigração em massa, enquanto o celebrado sistema paternalista de controle do trabalho dos japoneses e de Taiwan é importado pela Califórnia e pelo sul do País de Gales. É uma história diferente em cada caso, o que dá a impressão de que a peculiaridade

desta ou daquela circunstância geográfica importa muito mais do que antes. Contudo, ironicamente, isso só ocorre por causa da queda de barreiras espaciais.

Embora o controle do trabalho sempre seja central, há muitos outros aspectos de organização geográfica que assumiram uma nova proeminência sob condições de acumulação mais flexível. A necessidade de informações precisas e comunicações rápidas enfatizou o papel das chamadas "cidades mundiais" no sistema financeiro e corporativo (centros equipados com teleportos, aeroportos, ligações de comunicação fixas, bem como com um amplo conjunto de serviços financeiros, legais, comerciais e infra-estruturais). A diminuição de barreiras espaciais resulta na reafirmação e realinhamento hierárquicos no interior do que é hoje um sistema urbano global. A disponibilidade local de recursos materiais de qualidades especiais, ou mesmo a custos marginalmente inferiores, começa a assumir crescente importância, o mesmo ocorrendo com variações locais de gosto do mercado, hoje exploradas com mais facilidade em condições de produção em pequenos lotes e de flexibilidade de apresentação. As diferenças locais de capacidade de empreendimento, capital para associações, conhecimento técnico e científico e de atitudes sociais também contam, enquanto as redes locais de influência e de poder e as estratégias de acumulação das elites dirigentes locais (em oposição às políticas da nação-Estado) também se tornam implicadas de maneira mais profunda no regime de acumulação flexível.

Mas isso levanta outra dimensão do papel mutante da espacialidade na sociedade contemporânea. Se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas de que se compõe a geografia do mundo, é possível que as pessoas e forças que dominam esses espaços os alterem de um modo que os torne mais atraentes para o capital altamente móvel. As elites dirigentes locais podem, por exemplo, implementar estratégias de controle da mão-de-obra local, de melhoria de habilidades, de fornecimento de infra-estrutura, de política fiscal, de regulamentação estatal etc., a fim de atrair o desenvolvimento para o seu espaço particular. Assim, as qualidades do lugar passam a ser enfatizadas em meio às crescentes abstrações do espaço. A produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações. Formas corporativas de governo podem florescer nesses espaços, assumindo elas mesmas papéis desenvolvimentistas na produção de climas favoráveis aos negócios e outras qualidades especiais.

E é nesse contexto que podemos melhor situar o esforço das cidades, assinalado na Parte I (pp. 87-92) para forjar uma imagem distintiva e criar uma atmosfera de lugar e de tradição que aja como um atrativo tanto para o capital como para pessoas "do tipo certo" (isto é, abastadas e influentes). O aumento da competição entre lugares deveria levar à produção de espaços mais variegados no âmbito da crescente homogeneidade da troca internacional. No entanto, na medida em que essa competição abre as cidades a sistemas de acumulação, acaba sendo produzido o que Boyer (1988) chama de monotonia "serial" e "recursiva", "gerando a partir de padrões ou moldes já conhecidos lugares quase idênticos em termos de ambiente em diferentes cidades: South Street Seaport, de Nova Iorque; Quincy Market, de Boston; Harbor Place, de Baltimore".

Aproximando-nos assim do paradoxo central: quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital. O resultado tem sido a produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual efêmero no interior de uma economia de fluxos de capital de espaço global altamente unificado. A tensão histórica dentro do capitalismo entre centralização e descentralização tem sido trabalhada agora de novas maneiras. A extraordinária descentralização e proliferação da produção industrial termina por expor produtos Benetton ou Laura Ashley em quase todos os shoppings serialmente produzidos do mundo capitalista avançado. Para resumir, a nova rodada da compressão do tempo-espaço está pontuada de tantos perigos quantas são as possibilidades oferecidas por ela para a sobrevivência de lugares particulares ou para uma solução do problema da superacumulação.

A geografia da desvalorização por meio da desindustrialização, do aumento do desemprego local, da redução fiscal, do cancelamento de ativos locais ou coisa parecida é de fato um quadro lamentável. Mas podemos ao menos ver a sua lógica no âmbito da busca de uma solução para o problema da superacumulação mediante o impulso para sistemas flexíveis e mais móveis de acumulação. Há, porém, razões *a priori* para suspeitar (bem como algumas provas materiais para sustentar a idéia) de que regiões de agitação e fragmentação máximas também são regiões que parecem melhor preparadas para sobreviver aos traumas da desvalorização no longo prazo. Há mais do que um indício de que uma pequena desvalorização agora é melhor do que uma desvalorização generalizada mais tarde, no pânico pela sobrevivência local do mundo de oportunidades severamente restritas de crescimento positivo. Reindustrializar e reestruturar não são viáveis sem que antes haja desindustrialização e desvalorização.

Nenhuma dessas mudanças na experiência do espaço e do tempo faria o sentido que faz ou teria o impacto que tem sem uma modificação radical da maneira como o valor é representado como moeda. Embora domine há muito tempo, a moeda nunca foi uma representação clara ou patente do valor e, em certas ocasiões, se torna tão confusa que vem a constituir ela mesma uma fonte importante de insegurança e incerteza. Nos termos do acordo do pós-guerra, a questão monetária mundial passou a ter uma base razoavelmente estável. O dólar norte-americano tornou-se o meio do comércio mundial, lastreado em termos técnicos numa conversibilidade fixa em ouro e, em termos políticos e econômicos, no imenso poder do aparato produtivo norte-americano. O espaço do sistema produtivo dos EUA passou a ser, na verdade, a garantia do valor internacional. Mas, como vimos, um dos indícios do colapso do sistema fordista-keynesiano foi a ruptura do Acordo de Bretton Woods, de conversibilidade de dólares norte-americanos em ouro, e a passagem para um sistema global de taxas de câmbio flutuantes. Esse colapso ocorreu em parte por causa das dimensionalidades mutantes do espaço e do tempo geradas pela acumulação do capital. O crescente endividamento (particularmente nos Estados Unidos) e uma competição internacional mais violenta, advinda dos espaços reconstruídos da economia mundial em condições de crescente acumulação, tiveram muito a ver com o solapamento do poder da economia norte-americana de operar como a garantia exclusiva da moeda mundial.

Foram inúmeros os efeitos disso. A questão de saber como o valor deve ser representado agora, que forma a moeda deve assumir e que sentido pode ser atribuído às várias formas de meios de pagamento disponíveis nunca esteve longe da superfície de preocupações recentes. A partir de 1973, a moeda se “desmaterializou”, isto é, ela já não tem um vínculo formal ou tangível com metais preciosos (embora estes tenham continuado a desempenhar um papel de forma potencial de dinheiro entre muitas outras) ou, quanto a isso, com qualquer outra mercadoria tangível. Do mesmo modo, ela não se apóia exclusivamente na atividade produtiva dentro de um espaço particular. Pela primeira vez na história, o mundo passou a se apoiar em formas imateriais de dinheiro — isto é, dinheiro registrado avaliado quantitativamente em números de alguma unidade monetária designada (dólares, ienes, marcos alemães, libras esterlinas etc.).

As taxas de câmbio entre as diferentes unidades monetárias do mundo também têm sido extremamente voláteis. Fortunas podem ser perdidas ou feitas apenas por se ter a unidade monetária correta nas fases certas. A questão de qual moeda mantenho comigo tem uma ligação direta com o lugar em que confio. Isso pode ter alguma relação com a posição econômica competitiva e o poder de diferentes sistemas nacionais. Esse poder, levando-se em conta a flexibilidade da acumulação no espaço, é ele mesmo uma magnitude passível de mudar rapidamente. O efeito disso é tornar os espaços que fundamentam a determinação do valor tão instáveis quanto o próprio valor. Esse problema é agravado pelo modo como as mutações especulativas ultrapassam o poder e o desempenho econômicos reais, produzindo expectativas auto-realizadas. A desvinculação entre o sistema financeiro e a produção ativa e a base monetária material põe em questão a confiabilidade do mecanismo básico mediante o qual se supõe que o valor seja representado.

Essas dificuldades têm estado presentes de maneira mais forte no processo de desvalorização da moeda, a medida do valor, devido à inflação. As taxas de inflação equilibradas da era fordista-keynesiana (em geral na faixa de 3% e raramente acima de 5) foram perturbadas a partir de 1969, acelerando-se em todos os grandes países capitalistas no decorrer dos anos 70, onde alcançaram números de dois dígitos (ver figura 2.8). Pior ainda, a inflação se tornou altamente instável, tanto entre os países como dentro deles, deixando todos em dúvida quanto ao que seria o verdadeiro valor (o poder de compra) de uma moeda particular no futuro próximo. Em consequência, o dinheiro se tornou inútil como meio de armazenamento de valor por qualquer período de tempo (a taxa real de juros, medida como a taxa monetária de juros menos a taxa de inflação, foi negativa por vários anos na década de 70, privando os poupadores do valor que pretendiam preservar).

Era necessário descobrir meios alternativos para proteger o valor de maneira eficaz. Assim, começou a vasta inflação de certos tipos de ativos reais — contas a receber, objetos de arte, antigüidades, imóveis etc. Comprar um Degas ou um Van Gogh em 1973 por certo superaria quase todo outro tipo de investimento em termos de ganho de capital. Na realidade, pode-se alegar que o crescimento do mercado de arte (com sua preocupação com a assinatura do autor) e a forte comercialização da produção cultural a partir de mais ou menos 1970 têm tido muito que ver com a busca de meios alternativos de armazenar valor em condições em que as formas monetárias comuns são deficientes. A inflação em termos de mercado-

rias e dos preços em geral, embora controlada em alguma medida nos países capitalistas avançados durante os anos 80, de maneira alguma se reduziu como problema. Ela é renitente em países como o México, a Argentina, o Brasil e Israel (todos com taxas recentes de centenas por cento), e a perspectiva de inflação generalizada espreita nos países capitalistas avançados, onde é de qualquer modo possível afirmar que a inflação dos preços dos ativos (imóveis, obras de arte, antiguidades etc.) começou no ponto em que a inflação de mercadorias e do mercado de trabalho parou no início dos anos 80.

O colapso do dinheiro como meio seguro de representação do valor criou por si só uma crise de representação no capitalismo avançado. Ele também foi reforçado, ao mesmo tempo em que lhes acrescentou seu peso considerável, pelos problemas de compressão do espaço-tempo antes identificados. A rapidez com que os mercados de moedas flutuam nos espaços do mundo, o extraordinário poder do fluxo de capital-dinheiro no que é agora um mercado financeiro e de ações global e a volatilidade daquilo que o poder de compra do dinheiro poderia representar definem, por assim dizer, um ponto alto da intersecção extremamente problemática do dinheiro, do tempo e do espaço como elementos entrelaçados de poder social na economia política da pós-modernidade.

Além disso, não é difícil perceber que tudo isso pode criar uma crise mais geral de representação. O sistema central de valor, a que o capitalismo sempre recorreu para validar e avaliar suas ações, está desmaterializado e inconstante, e os horizontes temporais estão ruindo, sendo difícil dizer exatamente em que espaço nos encontramos quando se trata de avaliar causas e efeitos, significados ou valores. A intrigante exibição do Centro Pompidou, em 1985, sobre "O Imaterial" (uma exposição em que ninguém menos que Lyotard agiu como um dos consultores), foi talvez uma imagem especular da dissolução das representações materiais do valor em condições de acumulação mais flexível, bem como das confusões relativas ao que poderia significar dizer, com Paul Virilio, que o tempo e o espaço desapareceram como dimensões significativas do pensamento e da ação humanos.

Há, admito, formas mais tangíveis e materiais do que essa para avaliar a significação do espaço e do tempo para a condição da pós-modernidade. Por exemplo, seria possível considerar de que modo a experiência em mutação do espaço, do tempo e do dinheiro compôs uma base material distinta para a ascensão de sistemas distintos de interpretação e de representação, assim como abriu um caminho mediante o qual a estetização da política poderia reafirmar-se uma vez mais. Se vemos a cultura como um complexo de signos e significações (incluindo a linguagem) que origina códigos de transmissão de valores e significados sociais, podemos ao menos iniciar a tarefa de desvelar suas complexidades nas condições atuais mediante o reconhecimento de que o dinheiro e as mercadorias são eles mesmos os portadores primários de códigos culturais. Como o dinheiro e as mercadorias dependem inteiramente da circulação do capital, segue-se que as formas culturais têm firmes raízes no processo diário de circulação do capital. Por conseguinte, devemos começar pela experiência cotidiana da moeda e da mercadoria, mesmo que mercadorias especiais ou mesmo sistemas de signos completos possam ser retirados da vala comum e transformados no fundamento da "alta" cultura ou da "imaginação" especializada que já tivemos a oportunidade de comentar.

A aniquilação do espaço por meio do tempo modificou de modo radical o conjunto de mercadorias que entra na reprodução diária. Inúmeros sistemas locais de alimentação foram reorganizados por intermédio de sua incorporação à troca global de mercadorias. Os queijos franceses, por exemplo, virtualmente impossíveis de encontrar nos anos 70, exceto em algumas lojas especiais nas grandes cidades, hoje são vendidos à vontade em todos os Estados Unidos. E, se se considerar isso um exemplo um tanto elitista, o caso do consumo de cerveja sugere que a internacionalização de um produto — que a teoria tradicional da localização sempre ensinou que deveria ser altamente orientada pelo mercado — agora está completa. Baltimore era essencialmente uma cidade de uma única cerveja (produzida no local) em 1970; então, primeiro as cervejas regionais — de lugares como Milwaukee e Denver — e depois canadenses, mexicanas, européias, australianas, chinesas, polonesas etc. se tornaram mais baratas. Comidas antes exóticas se tornaram comuns, enquanto iguarias locais populares (no caso de Baltimore, caranguejos azuis e ostras), antes relativamente baratas, tiveram saltos nos preços ao se integrarem ao comércio a longa distância.

O mercado sempre foi um “empório de estilos” (para citar a expressão de Raban), mas o mercado de alimentos, para ficar num exemplo, hoje parece bem diferente do que era há vinte anos. Feijões do Quênia, aipos e abacates da Califórnia, batatas do norte da África, maçãs canadenses e uvas chilenas estão uns ao lado dos outros num supermercado inglês. Essa variedade também permite uma proliferação de estilos culinários, mesmo entre os relativamente pobres. Esses estilos, é verdade, sempre migraram, em geral seguindo correntes migratórias de diferentes grupos, antes de se difundirem lentamente pelas culturas urbanas. As novas ondas de imigrantes (como os vietnamitas, coreanos, filipinos, centro-americanos etc. que se somaram aos grupos mais antigos de japoneses, chineses, chicanos e todos os grupos étnicos europeus que também descobriram que a sua herança culinária podia ser revivida para fins de diversão e lucro) tornam uma cidade norte-americana típica como Nova Iorque, Los Angeles ou São Francisco (onde o último censo mostrou que a maioria da população era composta de minorias) tanto um empório de estilos culinários como um empório de mercadorias do mundo. Mas, aqui também, tem havido uma aceleração, porque os estilos culinários caminharam mais rápido do que as ondas migratórias. Não é necessária uma grande imigração francesa para os Estados Unidos para que o croissant se dissemine na América e desafie produtos tradicionais, nem é preciso uma grande imigração americana para a Europa para que os hambúrgueres cheguem a quase todas as cidades européias médias. Restaurantes chineses, cantinas italianas (dirigidas por uma cadeia norte-americana), restaurantes do Meio Leste, casas japonesas de sushi... a lista é hoje interminável no mundo ocidental.

A cozinha do mundo inteiro está presente atualmente num único lugar de maneira quase exatamente igual à da redução da complexidade geográfica do mundo a uma série de imagens numa estática tela de televisão. Esse mesmo fenômeno é explorado em palácios da diversão como Epcott e Disneyworld; torna-se possível, como dizem os comerciais americanos, “viver o Velho Mundo por um dia sem ter de estar lá de fato”. A implicação geral é de que, por meio da experiência de tudo — comida, hábitos culinários, música, televisão, espetáculos e cinema —, hoje é

possível vivenciar a geografia do mundo vicariamente, como um simulacro. O entrelaçamento de simulacros da vida diária reúne no mesmo espaço e no mesmo tempo diferentes mundos (de mercadorias). Mas ele o faz de tal modo que oculta de maneira quase perfeita quaisquer vestígios de origem, dos processos de trabalhos que os produziram ou das relações sociais implicadas em sua produção.

O simulacro, por sua vez, pode tornar-se a realidade. Baudrillard (1986) vai ainda mais longe em *América*, um tanto exageradamente ao meu ver, sugerindo que a realidade norte-americana é hoje construída como uma tela gigantesca: "O cinema está em toda parte, principalmente na cidade, filme e cenário incessantes e maravilhosos". Lugares retratados de certa maneira, em particular se têm a capacidade de atrair turistas, podem começar a "se vestir" segundo as prescrições das imagens-fantasia. Castelos medievais oferecem fins de semana medievais (comida e roupas, mas não, é claro, os sistemas primitivos de aquecimento). A participação vicária nesses vários mundos tem efeitos reais nos modos como eles são ordenados. Jencks (1984, 127) propõe que o arquiteto seja um participante ativo nisso:

Qualquer cidadão urbano de classe média, morador de qualquer cidade grande, de Teerã a Tóquio, está fadado a ter um "banco de imagens" bem sortido, na verdade, saturado, que é continuamente enchido por viagens e revistas. Seu *musée imaginaire* pode espelhar a mixórdia dos produtores mas é, mesmo assim, natural para o seu modo de vida. Barrando algum tipo de redução totalitária na heterogeneidade da produção e do consumo, parece desejável que os arquitetos aprendam a usar essa heterogeneidade inevitável de linguagens. Além disso, é bastante divertido. Por que, se é possível viver em épocas e culturas diferentes, restringir-se ao presente, ao local? O ecletismo é a evolução natural de uma cultura com escolha.

Pode-se dizer mais ou menos o mesmo dos estilos de música popular. Comentando o recente domínio da colagem e do ecletismo, Chambers (1987) mostra como músicas oposicionais e subculturais como o reggae, a música afro-americana e a música afro-hispânica assumiram seu lugar "no museu de estruturas simbólicas fixas" para formar uma colagem flexível do "já visto, já gasto, já tocado, já ouvido". Ele sugere que um forte sentido do "Outro" é substituído por um fraco sentido dos "outros". A débil coesão de culturas de rua divergentes nos espaços fragmentados da cidade contemporânea reenfatiza os aspectos contingentes e acidentais dessa "alteridade" na vida cotidiana. Essa mesma sensibilidade está presente na ficção pós-moderna. Ela se preocupa, diz McHale (1987), com "ontologias", com uma pluralidade potencial e real de universos, formando uma eclética e "anárquica paisagem de mundos no plural". Personagens confusas e distraídas vagueiam por esses mundos sem um claro sentido de localização, imaginando: "Em que mundo estou e qual das minhas personalidades exibo?" A nossa paisagem ontológica pós-moderna, sugere McHale, "não tem precedentes na história humana — ao menos no grau de seu pluralismo". Espaços de universos bem diferentes parecem decair uns nos outros, mais ou menos da mesma forma como as mercadorias do mundo são agregadas no supermercado e como toda espécie de subcultura se justapõe na

cidade contemporânea. A espacialidade disruptiva triunfa sobre a coerência da perspectiva e da narrativa na ficção pós-moderna, exatamente da mesma forma como cervejas importadas coexistem com as locais, o emprego local vem abaixo sob o peso da competição estrangeira e todos os espaços divergentes do mundo são montados toda noite como uma colagem de imagens na tela da televisão.

Parece haver dois efeitos sociológicos divergentes disso tudo no pensamento e na ação diários. O primeiro sugere que se tire vantagem de todas as possibilidades divergentes, mais ou menos como Jencks recomenda, cultivando-se toda uma série de simulacros como espaços de escape, de fantasia e de distração:

Em toda parte — na publicidade, nas prateleiras, nas capas de disco, nas telas de televisão —, essas fantasias escapistas miniatura se apresentam. Ao que parece, estamos destinados a viver assim, como personalidades cindidas em que a vida privada é perturbada pela promessa de rotas de escape para outra realidade (Cohen e Taylor, 1978, citado em McHale, 1987, 38).

Desse ponto de vista, creio que devemos aceitar o argumento de McHale de que a ficção pós-moderna mimetiza alguma coisa, mais ou menos como aleguei que a ênfase na efemeridade, na colagem, na fragmentação e na dispersão no pensamento filosófico e social mimetiza as condições da acumulação flexível. E não seria surpresa ver que tudo isso é compatível com a emergência, a partir de 1970, de uma política fragmentada de grupos de interesse regionais e especiais divergentes.

Mas é exatamente nesse ponto que encontramos a reação oposta, que pode ser melhor resumida como a busca de uma identidade coletiva ou pessoal, a procura de comportamentos seguros num mundo cambiante. A identidade de lugar se torna uma questão importante nessa colagem de imagens espaciais superpostas que implodem em nós, porque cada um ocupa um espaço de individuação (um corpo, um quarto, uma casa, uma comunidade plasmadora, uma nação) e porque o modo como nos individualizamos molda a identidade. Além disso, se ninguém “conhece o seu lugar” nesse mutante mundo-colagem, como é possível elaborar e sustentar uma ordem social segura?

Esse problema comporta dois elementos que merecem atenta consideração. Em primeiro lugar, a capacidade da maioria dos movimentos sociais de dominar melhor o lugar do que o espaço dá um forte relevo ao vínculo potencial entre lugar e identidade social. Isso é patente na ação política. O caráter defensivo do socialismo municipal, a insistência na comunidade operária, a natureza localizada da luta contra o capital tornam-se características centrais da luta da classe trabalhadora no âmbito de um padrão geral de desenvolvimento geográfico desigual. Os conseqüentes dilemas dos movimentos socialistas ou operários diante de um capitalismo universalizante são compartilhados por outros grupos de oposição — minorias raciais, povos colonizados, mulheres etc. —, que são relativamente fortes em termos de organização no lugar, mas frágeis no tocante à organização no espaço. Ao se apegarem, muitas vezes por necessidade, a uma identidade dependente de lugar, esses movimentos de oposição, contudo, se tornam parte da própria fragmentação que um capitalismo móvel e uma acumulação flexível podem alimentar. “As resistências regionais”, a luta pela autonomia local, pela organização vinculada

com o lugar podem ser excelentes bases para a ação política, mas não podem suportar sozinhas a carga da mudança histórica radical. “Pense globalmente e aja localmente” foi o slogan revolucionário dos anos 60. Podemos repeti-lo.

A afirmação de qualquer identidade dependente de lugar tem de apoiar-se em algum ponto no poder motivacional da tradição. É, porém, difícil manter qualquer sentido de continuidade histórica diante de todo o fluxo e efemeridade da acumulação flexível. A ironia é que a tradição é agora preservada com frequência ao ser mercadificada e comercializada como tal. A busca de raízes termina, na pior das hipóteses, sendo produzida e vendida como imagem, como um simulacro ou pastiche (comunidades de imitação construídas para evocar imagens de algum passado agradável, o tecido de comunidades operárias tradicionais apropriado por uma pequena nobreza urbana). A fotografia, o documento, a vista e a reprodução se tornam história exatamente devido à sua presença avassaladora. O problema, com efeito, é que nenhuma dessas coisas está imune à distorção ou à falsificação pura e simples para propósitos presentes. Na melhor das hipóteses, a tradição histórica é reorganizada como uma cultura de museu, não necessariamente de alta arte modernista, mas de história local, de produção local, do modo como as coisas um dia foram feitas, vendidas, consumidas e integradas numa vida cotidiana há muito perdida e com frequência romantizada (vida de que todos os vestígios de relações sociais opressivas podem ser expurgados). Por meio da apresentação de um passado parcialmente ilusório, torna-se possível dar alguma significação à identidade local, talvez com algum lucro.

A segunda reação ao internacionalismo do modernismo está no esforço de construção qualitativa do lugar e dos seus significados. A hegemonia capitalista no espaço relega a estética do lugar quase para a última posição da pauta. Mas isso, como vimos, é por demais compatível com a idéia de diferenciações espaciais como atrativos para um capital peripatético que atribui um enorme valor à opção de mobilidade. Não é este lugar melhor do que aquele, não somente para as operações do capital como também para viver, consumir bem e sentir-se seguro num mundo em mutação? A construção desses lugares, a promoção de alguma imagem estética localizada, permite a construção de algum sentido limitado e limitador de identidade no turbilhão de uma colagem de espacialidades implosivas.

A tensão presente nessas oposições é bem clara, mas é difícil apreciar suas ramificações intelectuais e políticas. Eis, por exemplo, Foucault (1984, 253) tratando da questão de sua própria perspectiva:

O espaço é fundamental em toda forma de vida comunitária; o espaço é fundamental em todo exercício de poder... Lembro-me de ter sido convidado em 1966, por um grupo de arquitetos, para fazer um estudo do espaço, de algo que chamei, na época, de “heterotopias”, espaços singulares presentes em alguns espaços sociais dados cujas funções são diferentes ou mesmo opostas às de outros. Os arquitetos trabalharam com isso e, no final do estudo, uma pessoa — um psicólogo sartriano — falou, deixando-me paralisado; ele disse que o espaço é reacionário e capitalista, mas a *história* e o *vir-a-ser* são revolucionários. Esse discurso absurdo nada tinha de incomum na época. Hoje, qualquer pessoa teria risos convulsos diante de tal pronunciamento, mas não então.

A proposição que o crítico sartriano faz, embora grosseira e oposicional, não é tão risível quanto Foucault assevera. Por outro lado, o sentimento pós-modernista se inclina definitivamente para a posição de Foucault. Enquanto o modernismo olha os espaços da cidade, por exemplo, como “um epifenômeno das funções sociais”, o pós-modernismo “tende a retirar o espaço urbano de sua dependência das funções e a vê-lo como um sistema formal autônomo” que incorpora “estratégias artísticas e retóricas que independem de qualquer determinismo histórico simples” (Colquhoun, 1985). É exatamente essa retirada que permite a Foucault o uso tão amplo de metáforas espaciais em seus estudos do poder. As imagens espaciais, liberadas de suas raízes em qualquer determinação social, tornam-se um meio de descrever as forças da determinação social. Entretanto, basta um curto passo para transpor a distância entre as metáforas de Foucault e o reforço de uma ideologia política que vê o lugar e o *Ser*, com todas as suas qualidades estéticas associadas, como base adequada da ação social. A geopolítica e a armadilha heideggeriana vêm pouco depois. Jameson (1988, 351), por sua vez, vê as

peculiaridades espaciais do pós-modernismo como sintomas e expressões de um dilema novo e historicamente original, dilema que envolve a nossa inserção como sujeitos individuais num conjunto multidimensional de realidades radicalmente descontínuas, cujas estruturas vão dos espaços ainda sobreviventes da vida privada burguesa ao descentramento inimaginável do próprio capitalismo global, incluindo tudo que há entre eles. Nem mesmo a relatividade einsteiniana nem os múltiplos mundos subjetivos dos modernistas mais antigos conseguem dar qualquer configuração adequada a esse processo, que, na experiência vivida, se faz sentir pela chamada morte do sujeito ou, mais exatamente, pelo descentramento e dispersão esquizofrênicos e fragmentados deste último... E, embora vocês possam não ter percebido, estou falando de política prática: desde a crise do internacionalismo socialista, e as enormes dificuldades táticas e estratégias de coordenação de ações políticas locais, rurais ou vicinais com ações políticas nacionais ou internacionais, esses dilemas políticos urgentes são, todos eles, funções imediatas do espaço internacional novo, extremamente complexo, que tenho em mente.

Jameson exagera um pouco no tocante ao caráter ímpar e novo dessa experiência. Por mais desgastante que a atual condição indubitavelmente seja, ela é semelhante, em termos qualitativos, à que levou à Renascença e a várias reconceitualizações modernistas do espaço e do tempo. Contudo, os dilemas descritos por Jameson são exatos e captam a oscilação da sensibilidade pós-moderna no tocante ao significado do espaço na vida cultural e política, bem como econômica, contemporânea. Se, no entanto, perdemos a fé modernista no *vir-a-ser*, como o crítico sartriano de Foucault alegou, haverá alguma saída afora a política reacionária de uma espacialidade estetizada? Estaremos tristemente fadados a terminar na trilha que Sitte iniciou, em sua virada para a mitologia wagneriana como apoio para a sua asserção da primazia do lugar e da comunidade num mundo de espaços mutantes? Pior ainda, se a produção estética se tornou hoje completamente mercadificada, sendo por isso efetivamente submetida a uma economia política de

produção cultural, que possibilidades temos de impedir que esse círculo se feche numa estetização produzida, e, portanto, manipulada com demasiada facilidade, de uma política globalmente mediatizada?

Isso deveria alertar-nos para os graves perigos geopolíticos associados nos últimos anos com a rapidez da compressão do tempo-espaço. A transição do fordismo para a acumulação flexível, tal como tem sido realizada, deveria implicar uma transição dos nossos mapas mentais e das nossas atitudes e instituições políticas. O pensamento político, contudo, não passa necessariamente por essas transformações fáceis, estando de qualquer modo sujeito às pressões contraditórias que advêm da integração e da diferenciação espaciais. Há um risco onipresente de que os nossos mapas mentais não correspondam às realidades correntes. A séria redução do poder das nações-Estado individuais sobre as políticas fiscal e monetária, por exemplo, não foi acompanhada por nenhuma mudança paralela rumo a uma internacionalização da política. Com efeito, há sinais abundantes de que o localismo e o nacionalismo se tornaram mais fortes justamente por causa da busca da segurança que o lugar sempre oferece em meio a todas as transformações que a acumulação flexível implica. A ressurreição da geopolítica e da fé na política carismática (a Guerra das Falklands/Malvinas, de Thatcher; de Granada, de Reagan) se enquadra demasiadamente bem num mundo que é nutrido cada vez mais, em termos intelectuais e políticos, por um vasto fluxo de imagens efêmeras.

A compressão do tempo-espaço sempre cobra o seu preço da nossa capacidade de lidar com as realidades que se revelam à nossa volta. Por exemplo, sob pressão, fica cada vez mais difícil reagir de maneira exata aos eventos. A identificação errônea de um jumbo iraniano, que passava por um corredor de vôos comerciais estabelecido, como um bombardeiro que tinha como alvo um vaso de guerra norte-americano — um incidente que provocou a morte de muitos civis — é típico do modo como a realidade é antes criada do que interpretada em condições de tensão e de compressão do tempo-espaço. A semelhança com o relato de Kern da eclosão da Primeira Guerra Mundial (citado acima, p. 252) é instrutiva. Se “experientes negociadores cederam sob a pressão de tensos confrontos e noites em claro, em agonia diante das prováveis conseqüências desastrosas dos seus julgamentos apressados e ações precipitadas”, quão mais difícil dever ser agora tomar decisões? A diferença, desta vez, é que sequer há tempo para ficar em agonia. E os problemas não se restringem aos domínios da decisão militar e política, porque os mercados financeiros mundiais se encontram numa situação que torna um julgamento apressado aqui, uma palavra impensada ali e uma reação instintiva acolá a gota d’água que pode fazer vir abaixo toda a estrutura da formação do capital fictício e da interdependência.

As condições da compressão pós-moderna do tempo-espaço exageraram em muitos aspectos os dilemas que, de quando em vez, assolaram os procedimentos capitalistas de modernização (1848 e a fase imediatamente anterior à Primeira Guerra nos vêm imediatamente à lembrança). Embora as respostas econômicas, culturais e políticas possam não ser exatamente novas, o seu âmbito difere, em certos sentidos importantes, das que foram dadas antes. A intensidade da compressão do tempo-espaço no capitalismo ocidental a partir dos anos 60, com todos os seus elementos congruentes de efemeridade e fragmentação excessivas no domínio

político e privado, bem como social, parece de fato indicar um contexto experiencial que confere à condição da pós-modernidade o caráter de algo um tanto especial. Contudo, situando essa condição em seu contexto histórico, como parte de uma história de ondas sucessivas de compressão do tempo-espaço geradas pelas pressões da acumulação do capital — com seus perpétuos esforços de aniquilação do espaço por meio do tempo e de redução do tempo de giro —, podemos ao menos levá-la para o âmbito de condição acessível à análise e interpretação materialista histórica. Como interpretar e reagir a isso são tarefas da Parte IV.